

15. SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO

- Decreto-Lei nº 72/1994, de 12 de Dezembro**
- Decreto-Lei nº 3/1996, de 19 de Fevereiro**
 - Decreto-Lei nº 22/2004, de 31 de Maio**
- Decreto-Lei nº 80/2005, de 05 de Dezembro**

Decreto-Lei nº 72/94

de 12 de Dezembro

As sociedades de capital de risco constituem um instrumento de promoção do investimento e de introdução da inovação tecnológica.

O objecto desta figura jurídica, nova em Cabo Verde, consiste na procura deliberada e sistemática de oportunidades de investimento capazes de gerar valor acrescentado e de proporcionar rendimento aos investidores, justificando a aplicação de capitais, através da compra de acções e de quotas de empresas com potencial de expansão e viabilidade.

Com a criação da figura de sociedades de capital de risco, pretende-se implementar uma política de fomento de utilização de instrumentos de capitalização de empresas e estimular o aparecimento dessas sociedades de iniciativa privada às quais é possível associar entidades públicas interessadas na promoção do investimento, da criação de empregos e da modernização tecnológica.

Assim:

No uso da faculdade conferida pela alínea *b*) do nº 2 do artigo 216º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Noção e objecto

1. As sociedades de capital de risco têm por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas através da participação temporária no respectivo capital social.

2. Constitui objecto acessório das sociedades de capital de risco a prestação de assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das sociedades em cujo capital social participem, nos termos do artigo 8º.

Artigo 2º

Participação no capital

Para efeitos do presente diploma, considera-se participação no capital a detenção de uma fracção de capital de qualquer sociedade, bem como a titularidade de obrigações convertíveis em capital e a efectivação de prestações suplementares de capital.

Artigo 3º

Constituição e funcionamento

A constituição e condições de funcionamento de sociedade de capital de risco, bem como a abertura das respectivas sucursais e agências regem-se, salvo o preceituado neste diploma, pelo disposto no capítulo II do Decreto-Lei nº 18/93, de 29 de Março, com excepção dos artigos 12º, 13º e 14º.

Artigo 4º

Capital social

1. As sociedades de capital de risco devem possuir um capital social não inferior a 60 000 000\$00. (sessenta milhões de escudos).

2. As acções representativas do capital social das sociedades de capital de risco são nominativas.

3. As sociedades de capital de risco só podem constituir-se, depois de os subscritores fazerem prova de que uma fracção do capital não inferior a 50% do capital mínimo exigido no nº 1 foi realizada e se acha depositada no Banco de Cabo Verde à ordem da respectiva administração, com expressa declaração da quantia subscrita por cada accionista.

4. A fracção do capital social não realizada até a data da constituição deve sê-lo no prazo de um ano a contar daquela data.

5. Com excepção dos aumentos de capital por incorporações de reservas, o capital das sociedades de capital de risco só poderá ser realizado em dinheiro.

Artigo 5º

Operações activas

No desenvolvimento da sua actividade, podem as sociedades de capital de risco efectuar as seguintes operações activas:

- a) Adquirir, a título originário ou derivado, quaisquer títulos ou participações no capital de sociedade, bem como aliená-los ou onerá-los;
- b) Promover, em benefícios das empresas por si apoiadas, a obtenção de crédito a médio ou longo prazos junto de instituições de crédito e de outros estabelecimentos financeiros e a colocação de acções, obrigações e outros, títulos de dívida negociáveis, emitidos por aquelas empresas, e, bem assim, por qualquer outro modo, na preparação ou na colocação de emissões de tais títulos;
- c) Participar na reestruturação financeira das empresas, através da aquisição de créditos por cessão ou sub-rogação, a converter integralmente em participações no capital social ou na subscrição de obrigações convertíveis em acções ou quotas de capital, devendo aquela conversão ser requeri da no prazo máximo de 90 dias;
- d) Gerir fundos de capital de risco;
- e) Respeitado o disposto no artigo 6º, subscrever obrigações de empresas sob qualquer forma legalmente permitida e proceder a outras aplicações nos mercados monetários e de capitais, nos termos e limites constantes da legislação em vigor.

Artigo 6º

Limites nas operações activas

1. Nos fim do terceiro mandato completo posterior à sua constituição, as sociedades de capital de risco deverão ter um mínimo equivalente a dois terços do seu activo total aplicado em participações de capital social.

2. Nos casos de aumento decorrente de reforço do capital, realizado em dinheiro, o prazo previsto no número anterior renova-se por um período de um ano, contado da respectiva realização, quanto ao montante do aumento.

3. As participações das sociedades de capital de risco noutras sociedades não podem, no momento da sua realização:

- a) Em cada caso, exceder 20% dos seus fundos próprios, definidos nos termos de aviso do Banco de Cabo Verde;
- b) Na sua totalidade, exceder três vezes os seus fundos próprios.

4. Em cada momento, pelo menos, 75% das participações das sociedades de capital de risco noutras sociedades não poderão ter estado na sua titularidade, seguida ou interpoladamente, por período superior a 12 anos.

5. Não poderão nunca representar mais de 50% do total de participações das sociedades de capital de risco as que correspondam a mais de 50% dos direitos de votos das sociedades participadas.

Artigo 7º

Incumprimento dos limites nas operações activas

1. Sempre que, por qualquer motivo, a soma das participações no capital social de outras sociedades baixar o do limite referido no nº1 do artigo anterior, a sociedade de capital de risco deverá restabelecê-lo até o fim de exercício seguinte.

2. Sempre que, por qualquer motivo, se verificar uma situação de incumprimento do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo anterior, deve a sociedade de capital de risco eliminá-lo no prazo de 60 dias.

3. O não cumprimento do disposto no artigo anterior, em termos que configurem a violação dos pressupostos dos benefícios de que gozam as sociedades de capital de risco, poderá determinar a redução ou a perda desses benefícios.

Artigo 8º

Prestação de outros serviços

As sociedades de capital de risco podem também:

- a) Prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial a sociedades em cujo capital participem;
- b) Realizar estudos técnico-económicos de viabilidade de empresas ou de novos projectos de investimento, bem como das condições e modalidades do respectivo financiamento e estudos ou projectos visando a reorganização,

concentração ou qualquer outra forma de racionalização da actividade empresarial, incluindo a promoção de mercados, a melhoria dos processos de produção e a introdução de novas tecnologias, desde que tais serviços sejam prestados a empresas participadas com as quais desenvolvam um projecto tendente à subscrição ou aquisição de correspondentes participações.

Artigo 9º

Representação nos órgãos sociais de outras empresas

As sociedades de capital de risco podem, directamente ou mediante representação, participar nos órgãos sociais das empresas em que participem.

Artigo 10º

Recursos alheios

As sociedades de capital de risco podem obter os seguintes recursos alheios:

- a) Financiamentos junto de instituições de crédito e de outros estabelecimentos financeiros, até 50% do montante dos seus fundos próprios;
- b) Emissão de obrigações, dentro dos limites estabelecidos na lei comercial;
- c) Outros recursos no mercado nacional ou no estrangeiro, através de contratos de associação em participação, nos termos da lei.

Artigo 11º

Operações especialmente vedadas

Ficam especialmente vedadas às sociedades de capital de risco as seguintes espécies de operações:

- a) O exercício directo de qualquer actividade agrícola, comercial ou industrial;
- b) A participação no capital social de quaisquer Instituições de crédito, bem como em sociedades cujo objecto compreenda a actividade de mediação sobre bens imóveis, a realização de empréstimos com garantia hipotecária e a compra e venda ou arrendamento de bens imóveis, exceptuada a exploração agrícola, florestal, cinegética ou turística;
- c) A aquisição ou posse de bens imóveis para além dos necessários às suas instalações próprias, salvo quando lhes advenham por efeitos de cessão de bens, dação em cumprimento, arrematação ou qualquer outro meio legal de cumprimento de obrigações ou destinado a assegurar esse cumprimento, devendo, em tais situações, proceder a respectiva alienação em prazo que só pode exercer dois anos se, em casos excepcionais, o Banco de Cabo Verde autorizar;
- d) A concessão de crédito ou a prestação de garantia sob qualquer forma ou modalidade, excepto às sociedades em que possuam participações, e apenas por meio de contratos de suprimentos não renováveis celebrados com essas sociedades até 50% da correspondente participação e por um prazo até 18 meses;

e) As demais que vierem a ser previstas em lei.

Artigo 12º

Operações vedadas às sociedades em cujo capital participem sociedades de capital de risco

As sociedades em cujo capital participe uma sociedade de capital de risco é vedado, sob pena de nulidade, adquirir acções ou obrigações desta última.

Artigo 13º

Reservas

1. As sociedades de capital de risco devem constituir reservas legais e reservas especiais;

2. As reservas legais são formadas com base na afectação obrigatória de 10% dos lucros apurados em cada exercício, até o limite de 50% do capital social.

3. As reservas especiais são constituídas por lucros líquidos anuais, acrescidos de outras importâncias que lhes forem atribuídas pela assembleia geral, e destinam-se a cobrir as depreciações do activo ou prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar.

Artigo 14º

Supervisão e fiscalização

As sociedades de capital de risco estão sujeitas à supervisão fiscalização do Banco de Cabo Verde.

Artigo 15º

Regime jurídico

As sociedades de capital de risco regem-se pela norma do presente diploma e, ainda subsidiariamente, pelas disposições que regulam a actividade das instituições de crédito, com as necessárias adaptações.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Carlos Veiga - Úlpio Napoleão Fernandes.

Promulgado em 7 de Dezembro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

Referendado em 7 de Dezembro de 1994.

O Primeiro Ministro, *Carlos Veiga*

Decreto-Lei nº 3/96

de 19 de Fevereiro

No âmbito do processo de modernização do sector financeiro, pretende o Governo criar uma sociedade de capital de risco cujos accionistas serão, numa fase inicial, o Estado e outras entidades públicas.

Com a presente medida, entende-se criar um instrumento importante para a promoção do investimento, ela criação de empregos e da modernização tecnológica,

Nestes termos,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 216.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

É criada uma sociedade anónima de capitais públicos com a denominação de A PROMOTORA, Sociedade de Capital de Risco, SARL, adiante designada *sociedade*.

Artigo 2.º

1. A sociedade tem por objecto principal o apoio e promoção de investimentos no sector privado nacional e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital. 2. A sociedade tem por objecto acessório a prestação de assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das sociedades em cujo capital social participe, designadamente a realização de estudos técnico-económicos de viabilidade de empresas ou de novos projectos de investimento, bem como das condições e modalidades do respectivo financiamento e ainda a execução de estudos ou projectos, visando a reorganização, concentração ou outra forma de racionalização da actividade das empresas em que participe, incluindo a promoção de mercados, a melhoria dos processos de produção e a introdução de novas tecnologias.

Artigo 3.º

O capital social da sociedade é de 450.000.000\$00 (quatrocentos e cinquenta milhões de escudos), representado por quatrocentos e cinquenta mil acções no valor nominal de mil escudos.

Artigo 4.º

Os direitos do Estado como accionista da sociedade são exercidos através de representante designado por despacho do membro do Governo responsável pelas finanças.

Artigo 5.º

1. São aprovado estatutos da sociedade anexo ao presente diploma,
2. Os estatutos referidos no número anterior não carecem de redução a escritura

pública, devendo os respectivos registos ser feitos oficiosamente, sem taxas ou emolumentos, com base no *Boletim Oficial* em que forem publicados.

3. As alterações aos estatutos ficarão apenas sujeitas formalidades aplicáveis às instituições de crédito,

Constituídas sob forma de sociedade anónima.

Artigo 6º

Até realização da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão nomeados por portaria do membro do Governo responsável pelas finanças, sendo as suas remunerações fixadas por despacho emanado do referido membro do Governo.

Artigo 7º

Enquanto o Estado for sócio maioritário da sociedade, podem ser autorizados a exercer funções, em regime de requisição, na mesma, funcionários do Estado das empresas públicas, os quais conservarão todos os direitos e regalias inerentes ao seu quadro de origem.

Artigo 8º

A sociedade rege-se pelos seus estatutos, pelo Decreto-Lei nº 72/94, de 12 de Dezembro, e por demais legislação que lhe seja aplicável.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros, em 27 de Janeiro de 1996.

Carlos Veiga - António Gualberto do Rosário - José António dos Reis .

Promulgado em 7 de Fevereiro de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, em exercício, ANTÓNIO DO ESPÍRITO SANTO FONSECA

Referendado em 7 de Fevereiro de 1996.

O Primeiro Ministro, *Carlos Veiga*

ESTATUTOS

CAPITULO I

Denominação, sede, duração e objecto

Artigo 1º

A sociedade adopta a forma de sociedade anónima e a denominação de A PROMOTORA, Sociedade de Capital de Risco, SARL, e que, no exercício da sua actividade, se regerá pelos presentes estatutos, pelas normas legais e regulamentares aplicáveis às sociedades de capital de risco, pelo Código Comercial e demais legislação complementar.

Artigo 2º

1. A duração da sociedade é por tempo indeterminado e a sede e na cidade da Praia.

2. Por deliberação do conselho de administração, pode a sociedade mudar a sua sede e ainda criar e manter em qualquer ponto do território ou fora dele agências, sucursais delegações ou qualquer outra forma de representação.

Artigo 3º

1. A sociedade tem por objecto principal o apoio e promoção de investimentos no sector privado nacional e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital.

2. A sociedade tem por objecto acessório a prestação de assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das sociedades em cujo capital social participe, designadamente a realização de estudos técnico-económicos de viabilidade de empresas ou de novos projectos de investimento, bem como das condições e modalidades do respectivo financiamento e ainda a execução de estudos ou projectos, visando a reorganização, concentração ou outra forma de racionalização da actividade das empresas em que participe, incluindo a promoção de mercados, a melhoria dos processos de produção e a introdução de novas tecnologias.

Artigo 4º

No exercício da sua actividade, a sociedade poderá realizar todas as operações que não estiverem vedadas às sociedades de capital de risco.

Artigo 5º

A sociedade poderá participar, directamente ou mediante representação, nos órgãos sociais das empresas em cujo capital participe.

CAPITULO II

Capital, acções e obrigações

Artigo 6º

1. O capital social da sociedade é de 450.000.000\$00 (quatrocentos e cinquenta milhões de escudos), representado por quatrocentos e cinquenta mil acções no valor nominal de mil escudos.

2. O capital social encontra-se subscrito em 77,78% pelo o Estado e outras entidades públicas pela seguinte forma:

200 Milhões de escudos Estado

50 Milhões de escudos Garantia SARL

50 Milhões de escudos Banco Comercial do Atlântico

50 Milhões de escudos Instituto Nacional da Previdência Social

3. Cinquenta por cento do capital social encontra-se realizado.

4. A subscrição dos restantes cem milhões de escudos está reservada aos privados nacionais e será efectuada nos termos a definir pela Assembleia-Geral, bem como a realização.

Artigo 7º

O capital é representado e dividido em quatrocentos e cinquenta mil acções com o valor nominal de 1.000\$00 cada.

2. Haverá títulos de 1, 5, 50, 100, 1000 e 10.000 acções, podendo o conselho de administração emitir certificados provisórios ou definitivos, representativos de qualquer número de acção.

3. As despesas de desdobramento de títulos correrão por conta dos accionistas que o requererem.

Artigo 8º

Quando haja aumento de capital os accionistas terão preferência na subscrição das novas acções na proporção das que possuírem, salvo deliberação em contrário da assembleia geral.

Artigo 9º

A sociedade poderá emitir obrigações nos termos e até aos limites legais, e bem assim efectuar sobre as obrigações próprias as operações que forem legalmente permitidas.

CAPITULO III

Órgãos Sociais

Artigo 10º

São órgãos da sociedade a assembleia geral o conselho de administração e o conselho fiscal.

SECÇÃO I

Assembleia-Geral

Artigo 11º

1. A assembleia-geral é formada pelos accionistas com direito de voto sendo vedada a presença de quaisquer outras entidades, singulares ou colectivas.

2. A cada 100 acções corresponde um voto na assembleia.

3. Os accionistas possuidores de um número de acções que não atinja o fixado no número anterior poderão agrupar-se de forma a reunirem entre si o número necessário ao exercício do direito de voto, devendo então fazer-se representar.

4. Qualquer accionista com direito de voto pode fazer-se representar na, assembleia-geral nos termos prescritos pelo Código Comercial.

5. O Estado é representado na assembleia-geral pela pessoa que for designada por despacho do membro do Governo responsável pelo sector das finanças.

6. As pessoas colectivas deverão comunicar ao presidente da mesa da assembleia-geral, por carta registada com aviso de recepção, recebida até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao fixado para a reunião da assembleia-geral, o nome da pessoa que as represente.

7. Nenhum accionista poderá fazer-se representar por mais do que uma pessoa.

8. Os membros do conselho de administração e do conselho fiscal deverão estar presentes nas reuniões da assembleia-geral e poderão participar nos seus trabalhos mas não terão, nessa qualidade, direito de voto.

Artigo 12º

1. Compete à assembleia-geral:

- a) Apreciar o relatório do conselho de administração, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do conselho fiscal e decidir sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Eleger a mesa da assembleia-geral, os membros do conselho de administração e os membros do conselho fiscal;
- d) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- e) Autorizar a aquisição e alienação de imóveis, e bem assim investimentos, com observância das normas prudenciais definidas legalmente ou pelo Banco de Cabo Verde;
- f) Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- g) Deliberar sobre as remunerações dos titulares dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de vencimentos;
- h) Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

2. As deliberações são tornadas por maioria absoluta dos votos dos accionistas presentes ou representados na assembleia-geral, sempre que a lei não exija maior número.

3. Para efeitos de alterações estatutárias ou de eleições de titulares de órgãos sociais, a assembleia-geral só se pode reunir encontrando-se presentes accionistas que representem pelo menos 51% do capital social.

Artigo 13º

1. A assembleia-geral é convocada e dirigida pelo presidente da respectiva mesa, sendo ainda constituída por um vice-presidente e um secretário, eleitos trienalmente pela própria assembleia-geral e cujas faltas serão, supridas nos termos da lei comercial.

2. O mandato dos membros da mesa da assembleia é renovável.

Artigo 14º

A assembleia-geral reunirá ordinariamente pelo menos, uma vez por ano e extraordinariamente sempre que os conselhos de administração ou fiscal o julgarem necessário ou quando a reunião seja requerida por accionistas que representem pelo menos 10% do capital.

Secção II

Conselho de Administração

Artigo 15º

1.O conselho de administração é composto por três membros, um dos quais será o respectivo presidente.

2. A designação do respectivo presidente, bem como dos demais membros, competirá à assembleia-geral.

3.O mandato dos membros do conselho de administração é de três anos, renovável, subsistindo até a tomada de posse dos membros que os vierem a substituir.

4. Os membros do conselho de administração são dispensados, de prestar caução pelo exercício dos seus órgãos.

5. As vagas ou impedimentos que ocorram no conselho de administração serão preenchidas pelo próprio conselho de administração até que a primeira assembleia-geral sobre eles preveja definitivamente.

Artigo 16º

Ao conselho de administração compete exercer em geral, os mais amplos poderes de gerência, assim como, praticar os actos que visem a realização do objecto social e, em especial:

- a) Dar directrizes e instruções genéricas ao presidente do conselho de administração;
- b) Exigir todas as informações e documentos julgados úteis para seguir as suas actividades;
- c) Ordenar inspecções e inquéritos ao funcionamento da sociedade, sempre que se mostre necessário e útil;
- d) Apresentar à assembleia-geral o relatório, contas e balanços anuais e proposta de aplicação de resultados para aprovação até 31 de Março do ano seguinte a que disser respeito;
- e) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei.

1. A orientação dos negócios da sociedade incumbe ao presidente do conselho de administração, e que é o responsável pela gestão da sociedade, administração do seu património e pela sua representação em juízo e fora dele, gozando nos termos da lei e dos presentes estatutos, de todos os poderes necessários e nomeadamente dos seguintes:

- a) Expedir normas e aprovar regulamentos internos
- b) Coordenar a actividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respectivas reuniões;
- c) Tomar as iniciativas e decisões necessárias ao funcionamento e desenvolvimento da sociedade, de acordo com a política geral traçada pelo conselho de administração;
- d) Zelar pela correcta execução das deliberações do conselho de administração;
- e) Assinar contratos e tudo o que for necessário e favoreça a prossecução dos objectivos da sociedade e não seja proibido ou atribuído a outros órgãos pela lei ou pelos presentes estatutos;
- f) Elaborar os projectos de planos de actividades e orçamentos a submeter à aprovação do conselho de administração;
- g) Propor ao conselho de administração o quadro de pessoal e a respectiva tabela salarial e, uma vez aprovados, seleccionar, recrutar e contratar todo o pessoal necessário.

2. Não se consideram compreendidos nos poderes de gerência dos negócios correntes os actos e contratos que envolvam alienação, hipoteca ou outra obrigação de bens imobiliários ou que importem alteração essencial quanto à política geral traçada pelo conselho de administração.

3. Nas suas faltas e impedimentos, o presidente será substituído pelo membro do conselho de administração designado para o efeito.

Artigo 18º

1. A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois membros do conselho de administração, um dos quais o respectivo presidente;
- b) Pela assinatura de um mandatário constituído, no âmbito e nos termos do respectivo mandato.

2. Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro do conselho de administração ou de um mandatário constituído.

3. O conselho de administração pode deliberar, nos termos legais, que certos documentos da sociedade sejam assinados por processos mecânicos ou chancela.

Artigo 19º

1. O conselho de administração não poderá funcionar sem a presença de dois dos seus membros, sendo um deles o presidente ou quem dele vezes faça, salvo por motivos de urgência, como tal reconhecido pelo presidente, caso em que os votos podem ser expressos por correspondência ou por procuração passada a outro membro do conselho de administração.

2. As deliberações do conselho de administração constarão sempre de acta e serão tomadas por maioria dos votos presentes, tendo o presidente, ou quem legalmente o substitui, voto de qualidade.

SECÇÃO III

Conselho fiscal

Artigo 20º

1. A fiscalização da actividade social compete a um conselho fiscal, composto por um presidente, dois vogais efectivos e um suplente, todos eleitos em assembleia-geral.

2. Um dos vogais efectivos e o suplente serão técnicos de contas.

3. O mandato dos membros do conselho fiscal é de três anos e é renovável, subsistindo até à tomada de posse dos membros que os vierem a substituir.

4. Presidente do conselho fiscal será designado pela assembleia-geral que procede à eleição do mesmo conselho.

Artigo 21º

Além das atribuições constantes da lei geral, compete, especialmente, ao conselho fiscal:

- a) Assistir às reuniões do conselho de administração sempre que o entenda conveniente;
- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente e pelo menos uma vez por mês, a escrituração da sociedade;
- c) Acompanhar o funcionamento da sociedade e o cumprimento das leis, dos estatutos e do regulamento que lhe são aplicáveis;
- d) Examinar as situações periódicas apresentadas pelo conselho de administração durante a sua gerência;
- e) Emitir parecer acerca do orçamento; do balanço, inventário e de conta anuais;
- f) Chamar a atenção do conselho de administração para qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.

2. O Conselho fiscal pode ser coadjuvada por técnicos especialmente designados ou contratados para esse efeito ou por empresas especializados em trabalhos de auditoria.

Artigo 22º

1. A assembleia-geral poderá cometer a uma sociedade revisora de contas, nacional ou estrangeira, sem prejuízo da competência do conselho fiscal a auditoria das contas da sociedade.

2. O Conselho fiscal tomará conhecimento do conteúdo dos relatórios da auditoria externa, devendo emitir o seu parecer sobre os mesmos.

2. O conselho fiscal deve reunir pelo menos uma vez em cada mês.

CAPÍTULO IV

Aplicação dos resultados

Artigo 24º

Os lucros do exercício, apurados em conformidade com a lei, terão sucessivamente a seguinte aplicação:

- a) Cobertura dos prejuízos dos exercícios anteriores, em conformidade com a lei;
- b) Constituição e eventualmente reintegração de reserva legal e de outras reservas que a lei determinar;
- c) Constituição, reforço ou reintegração de outras reservas conforme a assembleia geral deliberar;
- d) Dividendos a distribuir aos accionistas;
- e) Gratificação, como participação nos lucros, a atribuir aos membros do conselho de administração e aos trabalhadores, segundo critérios a definir pela assembleia geral;
- f) Outras finalidades que a assembleia-geral deliberar.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 25º

1. A sociedade dissolve-se quando para isso haja causa legal.
2. A liquidação será efectuada nos termos da lei e das deliberações da assembleia geral.

Artigo 26º

Após a celebração da escritura de constituição da sociedade reunirá de imediato assembleia geral dos accionistas, para proceder ao preenchimento dos lugares da respectiva mesa e à eleição dos membros, do conselho de administração e respectivo presidente e do conselho fiscal.

O Ministro da Coordenação Económica, António *Gualberto do Rosário*.

Decreto-Lei nº 22/2004

de 31 de Maio

O diploma regulador da actividade das sociedades de capital de risco em Cabo Verde consta do Decreto-Lei nº 72/94, de 12 de Dezembro.

O facto de as sociedades de capital de risco só poderem ter como objecto acessório a prestação de assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das sociedades em cujo capital participem e só poderem realizar estudos técnico-económicas de viabilidade de empresas ou de novos projectos de investimentos, bem como das condições e modalidades do respectivo financiamento, desde tais serviços sejam prestados a empresas participadas com as quais desenvolvam um projecto tendente à subscrição ou organização de correspondentes participações constitui um factor limitativo no contexto nacional em que desenvolvem a sua actividade.

Antes, a realidade cabo-verdiana aconselha que as sociedades de capital de risco possam prestar assistência e realizar estudos para todas as empresas interessadas, independentemente de participarem ou não no respectivo capital social. Assim, abrir-se-iam novas portas e viabilizar-se-iam as sociedades de capital de risco no País.

Nestes termos,

No uso da faculdade conferida pela alínea *a*) do nº 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Alteração ao Decreto-Lei nº 72/94, de 12 de Dezembro

Os artigos 1º e 8º do Decreto-Lei nº 72/94, de 12 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 1º

Noção e objecto

1. (...)

2. Constitui objecto acessório das sociedades de capital de risco a prestação de assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das empresas, nos termos do artigo 8º.

Artigo 8º

Prestação de outros serviços

As sociedades de capital de risco podem também:

- a*) Prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das empresas;
- b*) Realizar estudos técnico-económicos de viabilidade de empresas ou de novos projectos de investimento, bem como das condições e modalidade do

respectivo financiamento e estudos ou projectos visando a reorganização, concentração ou qualquer outra forma de racionalização da actividade empresarial, incluindo a promoção de mercados, a melhoria dos processos de produção e a introdução de novas tecnologias e outras actividades de carácter parabancário.

Artigo 2º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves - João Pinto Serra.

Promulgado em 20 de Maio de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES.

Referendado em 21 de Maio de 2004.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

Decreto-Lei nº 80/2005

de 5 de Dezembro

A actividade de capital de risco permite reunir capitais próprios para o financiamento de empresas que não têm acesso directo ao mercado de capitais, sendo de vital importância para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e um meio privilegiado para a consolidação do tecido empresarial cabo-verdiano, promoção das competências de gestão e consultoria das empresas.

Os fundos de capital de risco são uma das modalidades dos fundos mobiliários fechados cujo traço característico é o de que o seu património deverá ser preferencialmente composto por valores mobiliários de sociedades com elevado potencial de crescimento e de valorização. Afiguram-se como um dos mecanismos de grande relevância ao fomento do investimento produtivo bem como do apoio de empresas que operam em sectores tecnológicos de ponta ou que possuem elevado potencial de crescimento.

O Decreto-Lei 15/2005, de 14 de Fevereiro, que regula os organismos de investimento colectivo, contemplou os fundos de capital de risco. O presente diploma especifica o regime de funcionamento deste tipo de fundos.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea c) do número 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Finalidade dos fundos de capital de risco

Os fundos de capital de risco têm por finalidade investir e adquirir participações em sociedades com potencial elevado de crescimento e valorização, como forma de contribuírem para o seu desenvolvimento e beneficiarem da respectiva valorização.

Artigo 2º

Conceito de participação

Para efeitos do disposto no presente diploma, considera-se participação em sociedade com potencial elevado de crescimento e valorização a aquisição ou a detenção de parte do capital social de sociedade com as aludidas características, bem como de valores mobiliários ou de direitos convertíveis, permutáveis ou que confirmem direito à aquisição de parte desse capital social.

Artigo 3º

Número de participantes

Os fundos de capital de risco podem constituir-se sem limite mínimo de participantes.

Artigo 4º

Prazo de admissão à cotação

Os fundos de capital de risco, de duração indeterminada, têm um prazo, até cinco anos, para procederem à admissão à cotação, em mercado regulamentado, das suas unidades e participações.

Artigo 5º

Conteúdo da carteira de investimentos

É permitido aos fundos de capital de risco:

- a) Adquirir, a título originário ou derivado, participações em sociedades com potencial elevado de crescimento e valorização;
- b) Adquirir, por cessão ou sub-rogação, créditos sobre sociedades em que participem ou em que se proponham participar;
- c) Concederem crédito, sob qualquer modalidade, ou prestar garantias em benefício de sociedades em que participem;
- d) Adquirir unidades de participação de outros fundos de capital de risco;
- e) Aplicar os seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros;
- f) Realizar as operações cambiais necessárias ao desenvolvimento da respectiva actividade.

Artigo 6º

Actos especialmente proibidos

1. É especialmente proibido aos fundos de capital de risco:

- a) A aquisição ou posse de bens não directamente relacionados com as respectivas aplicações, incluindo bens imóveis, salvo quando lhes advenham por cessão de bens, doação em cumprimento, arrematação ou qualquer outro meio legal de cumprimento de obrigações ou destinado a assegurar esse cumprimento, devendo, em tais situações, proceder-se à respectiva alienação em prazo não superior a dois anos;
- b) A concessão de crédito ou a prestação de garantias, sob qualquer forma ou modalidade, excepto em benefício de sociedades nas quais detenham participação;
- c) A concessão de crédito ou a prestação de garantias, sob qualquer forma ou modalidade, para que alguém subscreva ou adquira unidades de participação representativas do seu capital ou para que alguém subscreva ou adquira acções ou outros valores mobiliários emitidos pela respectiva entidade gestora ou por sociedades que, directa ou indirectamente, a dominem ou por sociedades que sejam, directa ou indirectamente, dominadas por estas últimas;
- d) O investimento de fundos, sob qualquer forma, na respectiva entidade

gestora ou em sociedades que, directa ou indirectamente, a dominem ou em sociedades que sejam, directa ou indirectamente, dominadas por estas últimas;

2. Para efeitos do previsto na alínea c) do número anterior, não se considera concessão de crédito a subscrição ou aquisição pelo fundo de capital de risco de valores mobiliários representativos de dívida ou de outros instrumentos financeiros, desde que emitidos em conjuntos homogêneos.

Artigo 7º

Limites à composição de carteira dos fundos de capital de risco

A composição da carteira dos fundos de capital de risco obedece aos limites previstos para os fundos mobiliários fechados com as seguintes especificidades:

- a) Não existem limites ao investimento numa mesma sociedade ou grupo de sociedades nos primeiros dois anos, após a sua constituição, e nos dois anos anteriores à data da respectiva liquidação.
- b) No período que não está previsto na alínea anterior os limites, ao investimento, são de 25% dos seus activos numa mesma sociedade e de mais de 35% dos seus activos num mesmo grupo de sociedades.
- c) As aplicações em valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado não podem exceder 50% do valor global líquido do fundo.
- d) Não podem ultrapassar o limite de 15% do valor global líquido do fundo em unidades de outros fundos de capital de risco.

Artigo 8º

Avaliação de activos

1. As participações sociais integrantes do património dos fundos de capital de risco deverão ser valorizadas, sempre que possível, de acordo com o respectivo valor de mercado.

2. Os métodos e os critérios de avaliação dos activos dos fundos de capital de risco constam expressamente dos respectivos regulamento de gestão e relatório e contas, obedecendo a sua utilização, nos sucessivos exercícios de actividade dos fundos de capital de risco, ao princípio da consistência.

3. As entidades gestoras dos fundos de capital de risco adoptam métodos, critérios e pressupostos uniformes para avaliação de activos idênticos que integrem as carteiras de diferentes fundos de capital de risco sob sua administração.

4. Os fundos de capital de risco que disponham contratualmente do direito ou da obrigação de alienar determinado activo no termo do prazo previsto para a detenção do investimento, procedem à sua avaliação de acordo com princípios de prudência e segurança jurídica.

5. Os auditores dos fundos de capital de risco pronunciam-se sobre o cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão.

Artigo 9º

Aplicação subsidiária

Em tudo quanto vem omissa no presente diploma, aplica - se aos fundos de capital de risco, subsidiariamente, o regime jurídico dos fundos mobiliários fechados previsto no Decreto-Lei nº 15/2005, de 14 de Fevereiro.

Artigo 10º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves - João Pinto Serra

Promulgado em 17 de Novembro de 2005.

Publique-se

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES.

Referendado em 21 de Novembro de 2005.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.